



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

200
[assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0139737-55.2009.8.17.0001
(0303798-3)

Embargante: CRISTIANE CECILIA DA SILVA

Advogado: Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 019805

Embargado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Procurador: Myrna Valença Saunders

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DOENÇA DO TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA OU REATIVAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. LAUDO DO PERITO JUDICIAL E DA PERÍCIA DO INSS CONCLUSIVOS NO SENTIDO DA INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, pois o embargante apenas pretende a rediscussão da matéria *sub judice*.
2. A questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.
3. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.
4. A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.
5. Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICCIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).
6. Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com

1
[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

201
Top.

desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

7. Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

8. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0303798-3, em que figuram como Embargante CRISTIANE CECILIA DA SILVA e como Embargado o INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conhecer e REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

202
/ 26

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0139737-55.2009.8.17.0001
(0303798-3)

Embargante: CRISTIANE CECILIA DA SILVA

Advogado: Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 019805

Embargado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Procurador: Myrna Valença Saunders

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso de Agravo, interposto contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível por entender que a sentença de 1º grau estava em consonância com a jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça.

Aduz a embargante, em síntese crítica, que o acórdão embargado, ao negar provimento ao recurso, foi omissor por não se manifestar, de forma expressa sobre os artigos 59 e 86 da lei 8.213/91.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente recurso a fim de se prequestionar as matérias expressamente aduzidas nas instâncias ordinárias e também em sede de Recurso de Apelação, para que se preencha o requisito necessário ao processamento do Recurso Especial e Extraordinário.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

203
[assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0139737-55.2009.8.17.0001
(0303798-3)

Embargante: CRISTIANE CECILIA DA SILVA

Advogado: Bruno de Alburquerque Baptista OAB/PE 019805

Embargado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Procurador: Myrna Valença Saunders

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, pois a embargante apenas pretende a rediscussão da matéria *sub judice*. Explico.

Com efeito, observa-se que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade a embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Ocorre que, ao contrário do alegado pela parte embargante, quanto às supostas omissões, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo Desembargador Relator, porquanto o pleito do embargante não encontra amparo na legislação vigente, estando, a decisão embargada, conforme farta jurisprudência deste e. Corte de Justiça.

Tem-se que o aresto embargado enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão.

Ratificando o posicionamento adotado em relação à inexistência de vícios, transcrevo a seguir julgados desse e. Tribunal de Justiça a respeito da questão em análise:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes,

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

204
rp.

omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. – Mesmo quando visem ao pré-questionamento, não podem os aclaratórios se afastar dos rígidos contornos traçados no art. 535 do C.P.C. Embargos rejeitados, à unanimidade de votos. (Embargos de Declaração: 82837-9/01; Comarca: Recife; Relator: Jones Figueiredo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do julgamento: 01/08/2002; Publicação: 20/08/2002.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU OBSCURIDADE. 1- Não existe omissão no julgado, quanto à apreciação das questões suscitadas pelo embargante na apelação, quando o tribunal mantém a sentença em sede de reexame necessário e, em consequência, julga prejudicado o recurso. 2- Embargos rejeitados por unanimidade. (Embargos de Declaração: 88740-5/01; Comarca: Ipojuca; Relator: Antônio Camarotti; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 09/03/04; Publicação: DJ 63; Data da Publicação: 06/04/04).

Ementa: Embargos de declaração – Pedido de efeito infringente – Alegação de omissões e de contradição – Inexistência dos defeitos – Improvimento dos embargos. Não se vislumbrando no acórdão impugnado a existência de omissão ou de contradição sanável por via de embargos de declaração, devem estes ser improvidos, inacolhendo-se, destarte, o pedido de atribuição do efeito infringente formulado pelo embargante. Decisão unânime. (Embargos de Declaração: 88110-7/02; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: Quinta Câmara Cível; Data do julgamento: 09/06/04; DJ: 122; Data da publicação: 06/07/04).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

“O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (v. RJTJESP 115/207).

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espancar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

205

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

206
[assinatura]

no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova – o que não é juridicamente possível.

Por esses fundamentos, ante o exposto, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão – só para argumentar – não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada